

Programa de Pós-Graduação Nutrição em Saúde Pública
HNT – 5770 Políticas Públicas de Alimentação e Nutrição
Profa. responsável: Patrícia Jaime

Tema da aula:

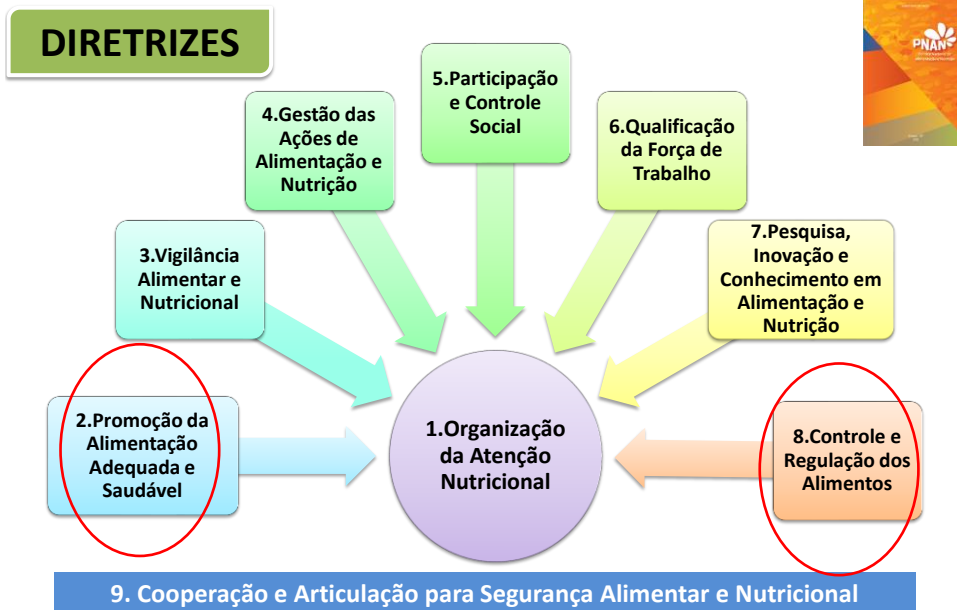
Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN): Promoção da Alimentação Adequada e Saudável (PAAS) e Regulação e Controle de Alimentos



PNAN – Diretrizes

PROPÓSITO

Melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde da população brasileira, mediante a **promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis**, a vigilância alimentar e nutricional, a prevenção e o cuidado integral dos agravos relacionados à alimentação e nutrição.



PROMOÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL



Alimentação Adequada e Saudável é a prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente.

- Deve estar em acordo com as **necessidades de cada fase do curso da vida** e com as **necessidades alimentares especiais**;
- Referenciada pela **cultura alimentar** e pelas **dimensões de gênero, raça e etnia**;
- **Acessível** do ponto de vista físico e financeiro;
- **Harmônica** em quantidade e qualidade;
- Baseada em **práticas produtivas adequadas e sustentáveis**: Modelo agrícola que promova variedade, sustentabilidade e saúde.
- **Quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos**
- Relacionada à identidade, ao pertencimento social, tempo, ambiente, à partilha de refeições, ao conhecimento e informações sobre alimentação.



A Promoção da Alimentação Adequada e Saudável na Agenda do SUS → interface entre três políticas:

- ✓ **PNAN:** Política Nacional de Alimentação e Nutrição
- ✓ **PNAB:** Política Nacional de Atenção Básica
- ✓ **PNPS:** Política Nacional de Promoção da Saúde



Política Nacional de Promoção da Saúde (2014)

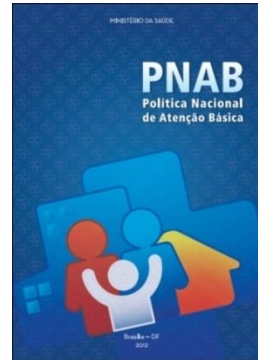
Temas Prioritários:

- Formação profissional e Educação permanente
- *Alimentação adequada e saudável*
- Práticas corporais e atividades físicas
- Enfrentamento ao uso do tabaco e seus derivados
- Enfrentamento do uso abusivo de álcool e outras drogas
- Promoção da mobilidade cidadã segura e sustentável
- Promoção da Cultura da paz
- Promoção do desenvolvimento sustentável

A ATENÇÃO BÁSICA E A PROMOÇÃO DA SAÚDE

Fundamentos da Promoção da Saúde:

- Autonomia
- Empoderamento
- Participação Social
- Território
- Intersetorialidade
- Equidade
- Integralidade
- Governança
- Sustentabilidade



Porque a PAAS como componente do cuidado integral em Saúde?

- Políticas públicas da área da saúde devem responder às demandas geradas pelo atual perfil epidemiológico → transição alimentar e nutricional.
- Conhecendo o papel que a alimentação desempenha como fator de risco ou proteção para diversas doenças que configuram o atual panorama epidemiológico, a inserção das ações de alimentação e nutrição na atenção básica à saúde torna-se essencial para a promoção da saúde e cuidado integral em saúde.
- Garantia de direitos: Saúde e DHAA

Atenção Básica: potencialidades para as ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável



- ✓ Dimensão individual e coletiva
- ✓ Considerar fatores facilitadores e as barreiras para adoção de práticas alimentares saudáveis → VAN
- ✓ Estabelecer vínculo com indivíduos, famílias e comunidade, permitindo compartilhar conhecimentos, com base em informações confiáveis e na realidade local, apoiando o desenvolvimento da autonomia e do autocuidado dos sujeitos.
- ✓ Promoção da alimentação adequada e saudável: componente das linhas de cuidado e ação integrada na RAS.
- ✓ Promoção da alimentação adequada e saudável: eixo operacional de programas estratégicos (Academia da Saúde, Saúde na Escola/PSE,...)
- ✓ Intersetorialidade

Promoção da Saúde na prática das Equipes de Saúde na AB: uma realidade!



IV MOSTRA NACIONAL
DE EXPERIÊNCIAS EM
ATENÇÃO BÁSICA/
SAÚDE DA FAMÍLIA

2014

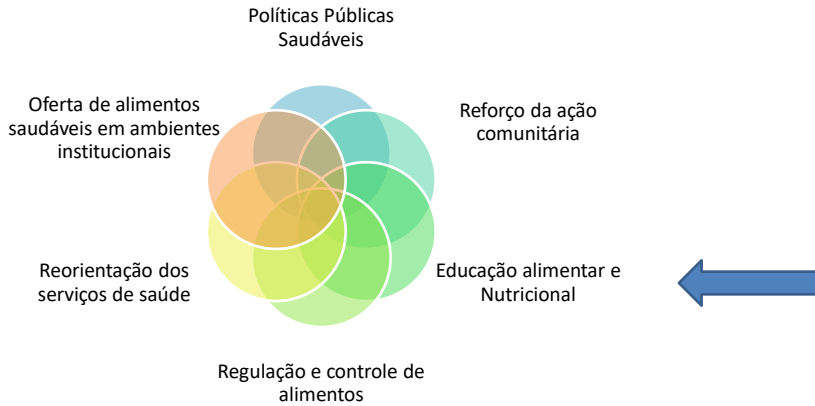


Marcos políticos intersectoriais que potencializam as Ações de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável no SUS e no SISAN





Promoção da Alimentação Adequada e Saudável



Conjunto de estratégias que proporcionem aos indivíduos e coletividades a realização de práticas alimentares adequadas e saudáveis.

Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas (2012)



Resultado do I Plano Nacional de SAN e do Plano Plurianual (PPA) 2011 – 2014
Fruto de construção participativa

Traduz as singularidades e a diversidade nacional para a consecução das ações de EAN no Brasil.



Marco de EAN

Quem elaborou?

- Construção coletiva

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome em parceria com o Ministério da Saúde e da Educação, Associação Brasileira de Nutrição, Conselho Federal de Nutricionistas, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e Observatório de Políticas de Segurança Alimentar e Nutricional da Universidade de Brasília.

- Consulta Pública



Objetivos

- Promover um campo comum de reflexão e orientação da prática, no conjunto de iniciativas de Educação Alimentar e Nutricional que tenham origem, principalmente, na ação pública, e que contemple os diversos setores vinculados ao processo de produção, distribuição, abastecimento e consumo de alimentos.
- Apoiar os diferentes setores de governo em suas ações de EAN para que, dentro de seus contextos, mandatos e abrangência, possam alcançar o máximo de resultados possíveis



Princípios para ações de EAN

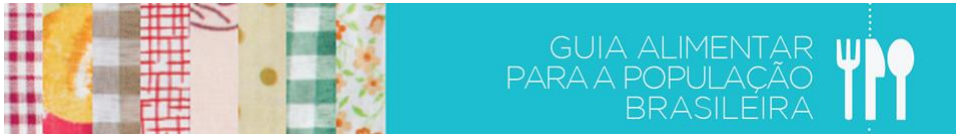
- I - Sustentabilidade social, ambiental e econômica
- II - Abordagem do sistema alimentar, na sua integralidade
- III - Valorização da cultura alimentar local e respeito à diversidade de opiniões e perspectivas, considerando a legitimidade dos saberes de diferentes naturezas
- IV - A comida e o alimento como referências; Valorização da culinária enquanto prática emancipatória
- V - A Promoção do autocuidado e da autonomia
- VI - A Educação enquanto processo permanente e gerador de autonomia e participação ativa e informada dos sujeitos
- VII - A diversidade nos cenários de prática
- VIII – Intersetorialidade
- IX - Planejamento, avaliação e monitoramento das ações

Video:

http://ecos-redenutri.bvs.br/tiki-read_article.php?articleId=1270

Revisão do Guia Alimentar para a População Brasileira





Novo paradigma de Alimentação Adequada e Saudável



Desdobramentos e repercussões do Guia Alimentar para as políticas públicas

1. Desenvolvimento de subprodutos do Guia e outros materiais educativos
2. Processos de educação permanente
3. Outras normativas
4. Pesquisas

Exemplo em pesquisa

NUPENS USP

➤ Missão: Estimular e desenvolver pesquisas populacionais em nutrição e saúde

Objetivos: o desenvolvimento de métodos diagnósticos aplicáveis e inquéritos populacionais em nutrição e saúde, a análise de tendências temporais de indicadores, o estudo da causalidade de processos saúde-doença, **a formulação de intervenções e a avaliação da efetividade de serviços e programas.**

Interesses de Pesquisa:

1. Desenvolver alternativas metodológicas que orientem e facilitem a realização de pesquisas populacionais em nutrição e saúde, bem como a implementação de sistemas para identificação de tendências temporais.
2. Elaborar e testar modelos analíticos referentes à epidemiologia de problema nutricionais e de saúde, aplicando-os em particular ao estudo das relações de interdependência entre nutrição e saúde.
3. Formular intervenções e propostas de avaliação de efetividade que se ajustem à epidemiologia dos problemas estudados e à realidade da organização dos programas e serviços.



Linha de Pesquisa em Intervenção

Formular intervenções e propostas de avaliação de efetividade que se ajustem à epidemiologia dos problemas estudados e à realidade da organização dos programas e serviços

Projeto Matriz:

Guia alimentar na atenção básica em saúde:
desenvolvimento e validação de tecnologias para implementação.

Desenvolvimento de Tecnologias:

- Escalas para avaliar EAN na AB
- Protocolo educativo para implementação do Guia Alimentar.
- Questionário "Como está sua Alimentação?"
- Validação das mensagens sobre o Guia Alimentar para a População Brasileira

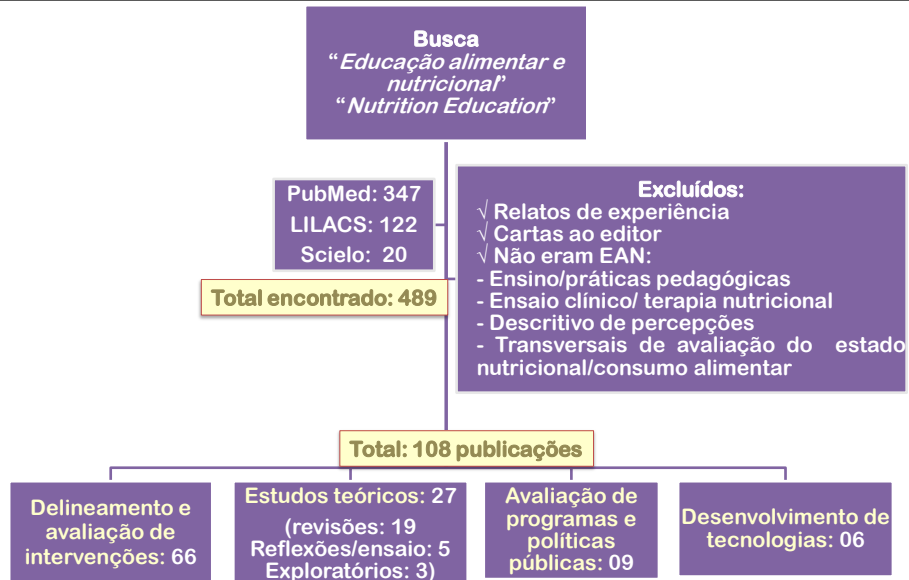
Delimitação e Avaliação de Intervenções:

- Avaliação do Impacto de uma intervenção para implementação do Guia Alimentar na atenção básica
- Conhecimento
 - Autoeficácia e Eficácia Coletiva
 - Percepção e práticas dos profissionais
 - Linha de cuidado obesidade

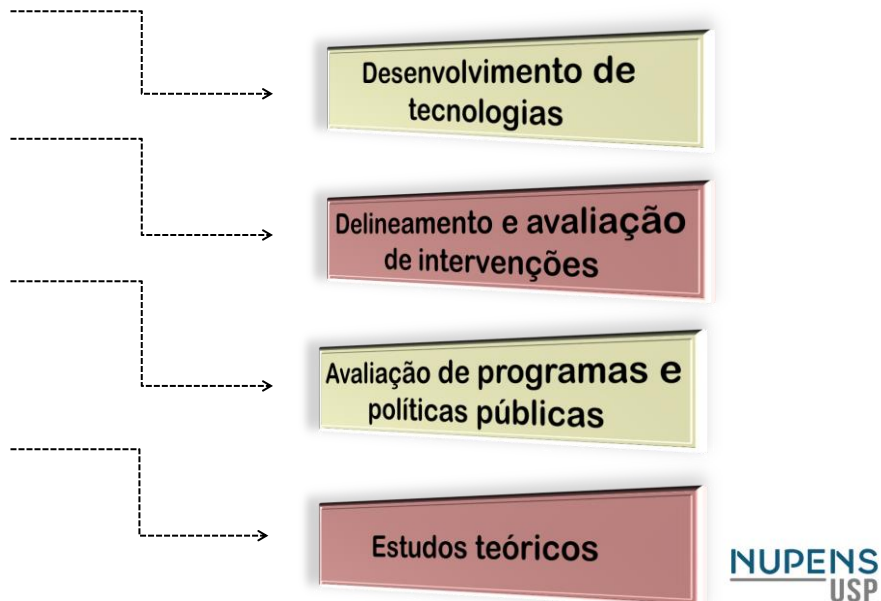
**O que está se produzindo com pesquisas em EAN?
Um exercício exploratório**



Panorama de publicações – 15 meses Janeiro/ 2017 a Março/ 2018



Proposição de categorias de pesquisa em EAN





Exemplos de publicações em EAN

NUPENS
USP

Categorias de pesquisa em EAN

Desenvolvimento de
tecnologias

Estudos que abordam:

- Processo de desenvolvimento, validação e avaliação de tecnologias para nortear, realizar ou apoiar ações de EAN;
- * Foco na descrição dos processos metodológicos

Exemplos:

- Desenvolvimento e validação de escalas para avaliar conhecimento sobre nutrição, alfabetização/letramento em nutrição (*food literacy*) e habilidades/competências em EAN;
- Desenvolvimento de ferramentas para ações de EAN: *softwares*, plataformas, sites e protocolos de intervenção (sem análise de desfecho).

NUPENS
USP

Desenvolvimento de tecnologias

Engaging Experts and Patients to Refine the Nutrition Literacy Assessment Instrument

Heather D. Gibbs¹, Susan Harvey², Sarah Owens¹, Diane Boyle³, and Debra K. Sullivan¹

Abstract

Background—An objective measure of nutrition literacy is unavailable for use in the primary care population. The Nutrition Literacy Assessment instrument (NLit) is a tool designed to measure nutrition literacy across six domain and has been previously piloted in breast cancer and parent populations. The purpose of this research was to engage nutrition experts and patients to guide revisions of the NLit for use in adult primary care.

Methods—Experts (n=5) reviewed each item in the NLit using a survey to assign rankings of their agreement according to relevance, clarity, and reading difficulty. Relevance rankings were used to calculate Scale Content Validity Index. After suggested revisions were made, patients (n=12) were recruited from urban primary care clinics of a University Medical Center located in the Midwestern United States and were interviewed by trained researchers using the cognitive interview approach to generate thoughts, feelings, and ideas regarding NLit items. Data analysis involved qualitative and quantitative methods.

Results—Content validity from expert review was confirmed with a total Scale Content Validity Index of 0.90. Themes emerging from the cognitive interviews resulted in changes in the NLit to improve instrument clarity.

Conclusion—These data suggest the NLit achieves its target constructs, is understood by the target audience, and is ready to undergo validity and reliability testing within the primary care population.

BMC Nutr. 2017 ; 3 : . doi:10.1186/s40795-017-0190-y.

Categorias de pesquisa em EAN



Estudos que abordam:

- Processo de desenvolvimento de protocolos/programas que empregam a EAN como estratégia de intervenção;
- Proposição de processos metodológicos para avaliação de processo e impacto (**DELINEAMENTO**)
- Aplicação de protocolos/programas de intervenção (EAN) e análise da sua adequação, processo e impacto (**AVALIAÇÃO**)

Exemplos:

- Estudos randomizados

Delineamento e avaliação de intervenções

A multi-level intervention in worksites to increase fruit and vegetable access and intake: Rationale, design and methods of the 'Good to Go' cluster randomized trial



Patricia M. Risica^{a,b,c,*}, Gemma Gorham^a, Laura Dionne^a, William Nardi^a, Doug Ng^f, Reese Middler^a, Jennifer Mello^a, Rahmet Akpolat^d, Katelyn Gettens^e, Kim M. Gans^{a,b,d,e}

ARTICLE INFO

Keywords:
Worksite
Diet
Food access
Fruit and vegetable
Farmer's market
Mobile market
Nutrition education

ABSTRACT

Background: Fruit and vegetable (F&V) consumption is an important contributor to chronic disease prevention. However, most Americans do not eat adequate amounts. The worksite is an advantageous setting to reach large, diverse segments of the population with interventions to increase F&V intake, but research gaps exist. No studies have evaluated the implementation of mobile F&V markets at worksites nor compared the effectiveness of such markets with or without nutrition education.

Methods: This paper describes the protocol for Good to Go (GTG), a cluster randomized trial to evaluate F&V intake change in employees from worksites randomized into three experimental arms: discount, fresh F&V markets (Access Only arm); markets plus educational components including campaigns, cooking demonstrations, videos, newsletters, and a web site (Access Plus arm); and an attention placebo comparison intervention on physical activity and stress reduction (Comparison). **Secondary aims include:** 1) Process evaluation to determine costs, reach, fidelity, and dose as well as the relationship of these variables with changes in F&V intake; 2) Applying a mediating variable framework to examine relationships of psychosocial factors/determinants with changes in F&V consumption; and 3) Cost effectiveness analysis of the different intervention arms.

Discussion: The GTG study will fill important research gaps in the field by implementing a rigorous cluster randomized trial to evaluate the efficacy of an innovative environmental intervention providing access and availability to F&V at the worksite and whether this access intervention is further enhanced by accompanying educational interventions. GTG will provide an important contribution to public health research and practice.

Trial registration number NCT02729675, [ClinicalTrials.gov](https://clinicaltrials.gov)

Contemporary Clinical Trials 65 (2018) 87–98

Delineamento e avaliação de intervenções

Patricia Constante Jaime¹
Flávia Mori Sarti Machado²
Márcia Faria Westphal³
Carlos Augusto Monteiro¹

Educação nutricional e consumo de frutas e hortaliças: ensaio comunitário controlado

Nutritional education and fruit and vegetable intake: a randomized community trial

RESUMO

Realizou-se estudo de intervenção, do tipo ensaio comunitário, envolvendo amostra de 80 famílias residentes em um bairro nobre do município de São Paulo, 2004. A intervenção consistiu em educação nutricional para aumentar a participação de frutas e hortaliças na alimentação familiar, por meio de três reuniões com duas horas de duração, em semanas consecutivas. Para avaliar o impacto imediato dessa intervenção nutricional educativa, as famílias foram divididas randomicamente em dois grupos (intervenção e controle). Apenas o impacto imediato da intervenção foi avaliado, pela participação de frutas e hortaliças no total de alimentos adquiridos pelas famílias no mês anterior e posterior à intervenção. A comparação, favorável ao grupo intervenção, equivaleu a um acréscimo de 2,9 pontos percentuais (IC 95%: 0,32; 5,39) no total de calorias provenientes de frutas e hortaliças.

DESCRITORES: Consumo de alimentos. Frutas. Hortaliças. Educação alimentar e nutricional. Estudos de intervenção.

Categorias de pesquisa em EAN

Avaliação de programas e políticas públicas

Estudos que avaliaram:

- Adequação/implementação das ações de EAN no PNAE, PAT, programas desenvolvidos na ABS e demais programas na área de alimentação e nutrição.

Exemplos:

- Estudo de avaliação das ações de EAN no PNAE

NUPENS
USP

Avaliação de programas e políticas públicas: PNAE

RSP

Revista de
Saúde Pública

<http://www.rsp.hq.usp.br/>

Análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Viçosa, MG, Brasil

Naruna Pereira Rocha¹, Mariana De Santis Figueiras¹, Fernanda Martins de Albuquerque¹, Luana Cupertino Milagres¹, Ana Paula Pereira Castro¹, Mariane Alves Silva¹, Glauce Dias da Costa², Sílvia Eloiza Priore², Juliana Farias de Novaes²

¹ Universidade Federal de Viçosa. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Nutrição, Viçosa, MG, Brasil
² Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Nutrição e Saúde, Viçosa, MG, Gerati, Brasil

RESUMO

OBJETIVO: Avaliar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar como política de segurança alimentar e nutricional em escolas públicas.

MÉTODOS: Estudo transversal, com abordagem quantitativa e qualitativa, realizado com 268 escolares de oito a nove anos da rede pública de ensino em Viçosa, MG, em 2015. Foram realizadas entrevistas por meio de questionários semiestruturados com as crianças, os pais, merendeiras, nutricionistas, extensionista da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e presidente do Conselho de Alimentação Escolar. Para analisar a execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar em Viçosa, foi avaliada a pesagem direta dos alimentos servidos nas escolas, utilizando-se balanças mecânicas com capacidade de até 10 kg, e a percepção dos atores sociais envolvidos na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar. As crianças foram questionadas sobre a aceitação e adesão da alimentação ofertada, além do hábito de levar lanches de casa. Os pais relataram o conhecimento sobre o Programa e o Conselho de Alimentação Escolar. A análise qualitativa foi constituída pela análise de conteúdo e a quantitativa pelo Teste do Qui-quadrado, Exato de Fisher e Mann-Whitney. Adotou-se significância estatística de 5% para a análise quantitativa.

RESULTADOS: As crianças relataram baixa adesão à alimentação escolar e a maior parte costumava levar lanche de casa. Foram identificadas irregularidades na execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar, como: inadequação do número de nutricionistas, suspensão das reuniões do Conselho, inadequação da infraestrutura nas áreas de preparo e de distribuição das refeições, falta de capacitação das merendeiras, não adequação nutricional da alimentação ofertada e ausência de ações de educação alimentar e nutricional. O Programa atendeu as recomendações de compra dos alimentos provenientes da agricultura familiar.

CONCLUSÕES: O Programa Nacional de Alimentação Escolar apresentou muitas irregularidades em Viçosa. É importante o monitoramento dos problemas identificados para melhor reformulação e planejamento do Programa, visando à garantia da segurança alimentar e nutricional das crianças atendidas.

Correspondência:
Naruna Pereira Rocha
Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Nutrição
Departamento de Nutrição e Saúde
- CC81
Campus Universitário
36570-000 Viçosa, MG, Brasil
E-mail: narunapereira@hotmail.com

Recebido: 9 abr 2016
Aprovado: 21 mar 2017

Como citar: Rocha NP, Figueiras MS, Albuquerque FM, Milagres LC, Castro AP, Silva MA, et al. Análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Viçosa, MG, Brasil. Rev Saúde Pública. 2018;52:16.

Avaliação de programas e políticas públicas: PNATER

Percepções de extensionistas rurais sobre educação alimentar e nutricional

Perceptions of rural extension workers on food and nutritional education

Les perceptions des conseillers techniques sur education alimentaire et nutritionnelle

Percepciones sobre la educación alimentaria y nutricional en extensionistas rurales

Nádia Rosana Fernandes Oliveira¹

Patricia Constante Jaime²

Recebido em 16/01/2017; revisado e aprovado em 17/04/2017; aceito em 26/04/2017

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v18i3.1470>

Resumo: Trata-se de estudo com abordagem qualitativa, cujo objetivo foi analisar a percepção de extensionistas rurais sobre a educação alimentar e nutricional (EAN) em sua prática de trabalho. A compreensão e a estrutura de significações da EAN foram visualizadas sob três eixos: reconhecimento e não reconhecimento da EAN; a EAN como um dos temas da dimensão "social"; a EAN como sinônimo de Segurança Alimentar e Nutricional.

Palavras-chave: educação alimentar e nutricional; extensão rural; segurança alimentar e nutricional.

Categorias de pesquisa em EAN



Estudos do campo das ciências humanas e sociais que envolvam:

- Reflexão crítica e analítica de teorias, tecnologias, processos organizativos e práticas de EAN

Exemplos:

- Estudos de revisão, exploratórios e análises documentais abordando EAN.

Estudos teóricos sobre EAN

Análise documental

Food-based dietary guidelines: a comparative analysis between the Dietary Guidelines for the Brazilian Population 2006 and 2014

Mayara Sanay da Silva Oliveira^{1,*} and Lígia Silva-Amparo²

¹Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Universidade Federal da Bahia, Rua Araújo Pinho 32, Canela, Salvador, Bahia, Brasil, CEP 40110-150; ²Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Canela, Salvador, Bahia, Brasil

Submitted 23 September 2016; Final revision received 19 January 2017; Accepted 13 February 2017

Abstract

Objective: In 2014, the Brazilian Ministry of Health launched the second edition of the Dietary Guidelines for the Brazilian Population (DGBP), which deploys the new food classification NOVA. It esteems that the second DGBP overcomes the limitations in the previous food guide, reformulating the diet concepts, food pattern, culture and system. The present paper analyses the advances and limits established in the second edition, contrasting with its first edition.

Design: The study employs a discourse analysis. The corpus was established through four stages: (i) floating reading of the empirical materials; (ii) deepening readings; (iii) selected discursive sequences; and (iv) organization of the discursive sequences into a matrix for analysis. The data analysis used three steps: (i) identification of similar texts in external materials; (ii) elucidation of linguistic effect through deepening readings of the external materials; and (iii) systematic analysis to identify sequences that expressed equivalence or disparities.

Setting: Brazil.

Subjects: DGBP 2006 and 2014.

Results: Adoption of the NOVA food classification, based on food processing level, enabled the development of dietary guidelines that consider the limitations of the nutritional discourse and may incorporate the sociocultural and social-environmental discourses, evoking pleasure in food, diversity of feeding habits and stimulating culinary practices as promoters of healthy eating practices.

Conclusions: The second DGBP enables a new way of thinking about meals and foods, on the strengthening of socio-cultural dimensions of feeding, and on addressing food and nutritional guidelines on culinary practices, eating and edibility.

Keywords

Brazil
Dietary guidelines
Food processing
Nutrition policy
Health promotion

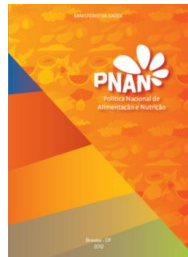
Public Health Nutr. 2018 Jan;21(1):210-217. doi: 10.1017/S136888017000428. Epub 2017 Mar 30.



Promoção da Alimentação Adequada e Saudável



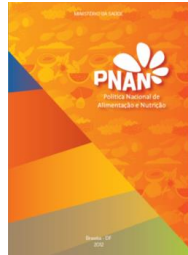
Conjunto de estratégias que proporcionem aos indivíduos e coletividades a realização de práticas alimentares adequadas e saudáveis.



Exemplos de ações de Incentivo - PAAS

Publicação de materiais e desenvolvimento de campanhas/atividades para promoção da alimentação adequada e saudável – profissionais e população





Exemplos de ações de apoio - PAAS



Rede Brasileira de Bancos de leite:

Rede organizada e exitosa na coleta, processamento e distribuição de leite humano para recém-nascidos internados e na promoção e apoio ao aleitamento materno.



Sala de Apoio à Amamentação:

Espaços dentro da empresa em que a mulher, com conforto, privacidade e segurança, pode esvaziar as mamas, armazenando seu leite em frascos previamente esterilizados para, em outro momento, oferecê-lo ao seu filho.



Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil

Qualificação do processo de trabalho dos profissionais da atenção básica para o fortalecimento das ações de promoção do aleitamento materno e da alimentação complementar para crianças menores de dois anos.

PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA (PSE)



O **Programa Saúde na Escola (PSE)** é um programa intersetorial dos **Ministérios da Saúde e da Educação** instituído em 2007, com objetivo de contribuir para o fortalecimento das ações voltadas ao desenvolvimento integral dos educandos e fortalecer a relação das escolas e unidades de saúde da atenção básica para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o desenvolvimento e a saúde integral de crianças, adolescentes, jovens e adultos.



Ações de apoio: para além do Governo Exemplo: Alimentando Políticas

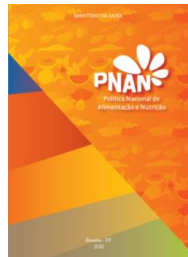
- <https://alimentandopoliticas.org.br/#video-como-esta-a-alimentacao-de-seu-municipio>

ALIMENTANDO POLÍTICAS

SOBRE TEMAS NOTÍCIAS CONTATO

CONHEÇA NOSSOS TEMAS

<p>ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL DE VERDADE</p> <p>Descubra como melhorar a alimentação da população de seu município, estado ou País</p>	<p>AMBIENTE ALIMENTAR</p> <p>Entenda como os ambientes físico, social, econômico, cultural e político influenciam os hábitos alimentares dos brasileiros</p>	<p>ROTULAGEM DE ALIMENTOS</p> <p>Saiba como tornar os rótulos mais simples e compreensíveis, e como melhorar os hábitos de consumo</p>
<p>PREÇO DE ALIMENTOS</p> <p>Entenda como medidas fiscais</p>	<p>PUBLICIDADE DE ALIMENTOS</p> <p>Saiba como a publicidade pode</p>	<p>CONFLITO DE INTERESSES</p> <p>Descubra como as políticas</p>



Exemplos de ações de proteção - PAAS

DIRETRIZES





Controle e Regulação dos Alimentos

Ações de proteção à saúde que fazem parte do conjunto de ações para promoção da alimentação adequada e saudável.



Monitorar e assegurar à população a oferta de alimentos seguros e adequados nutricionalmente, respeitando o direito individual na escolha e decisão sobre os riscos aos quais irá se expor.

Controle e Regulação dos Alimentos

Foco da Vigilância Sanitária de Alimentos:

- ✓ “O planejamento das ações que garantam a **inocuidade e a qualidade nutricional dos alimentos**, controlando e prevenindo riscos à saúde, se faz presente na agenda da promoção da alimentação adequada e saudável e da proteção à saúde. “
- “A preocupação em ofertar o alimento saudável e com garantia de **qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica** à população é o produto final de uma **cadeia de processos**, desde a produção, processamento, industrialização, comercialização, abastecimento até a distribuição, cuja responsabilidade é partilhada com diferentes setores de governo e da sociedade. “



Controle e Regulação dos Alimentos

- “A atual **complexidade da cadeia produtiva** de alimentos coloca a sociedade brasileira diante de **novos riscos** à saúde, como a presença de agrotóxicos, aditivos, contaminantes, organismos geneticamente modificados e a inadequação do perfil nutricional dos alimentos. “
- “A segurança sanitária busca a **proteção da saúde humana**, considerando as mudanças ocorridas na cadeia de produção até o consumo dos alimentos, nos padrões socioculturais decorrentes da globalização e as adaptações ao modo de produção de alimentos em escala internacional. “



Controle e Regulação dos Alimentos

- Monitoramento da qualidade dos alimentos (aspectos sanitários e perfil nutricional)
- Rotulagem nutricional;
- Alimentos para fins especiais
- Monitoramento da publicidade e propaganda dos alimentos.
- Monitoramento dos Programa de fortificação mandatória de alimentos (sal com iodo, farinhas com ferro e ácido fólico)
- Monitoramento das metas dos acordos voluntários com as entidades representativas das Indústrias de Alimentos para redução do sódio (e açúcar em debate)
- *Medidas fiscais (taxação de alimentos)*



Coordenação da ANVISA e
VISA estaduais e
municipais

Publicidade de Alimentos no Brasil: agenda regulatória

Publicidade de Alimentos

ESTRATÉGIAS AGRESSIVAS DE MARKETING

Mudam normas sociais relacionadas ao tamanho das porções

Reforçam a hiperpalatabilidade

Promovem o comer compulsivo

Misturam a diversão com a alimentação – direcionados ao público infantil

ESCOLHAS ALIMENTARES

Recomendações Internacionais

“Recomendações da Consulta de Especialistas das OPAS sobre Promoção e Publicidade de Alimentos e Bebidas Não-Alcoólicas para Crianças nas Américas”.



1. Desenvolver uma política acerca da promoção e da publicidade de alimentos para crianças junto com o MS ou departamento, agência ou instituto associado, assumindo a responsabilidade pelo processo;
2. Adotar como objetivo: reduzir a exposição infantil à promoção e à publicidade de alimentos com elevado teor de gordura, açúcar ou sal, com a meta de diminuir os riscos à saúde das crianças;
3. Iniciar o processo de implementação da política desenvolvendo e mantendo consenso sobre a necessidade da referida política;
4. Envolver outras partes interessadas para ampliar o conhecimento e conscientização do impacto adverso do marketing sobre as crianças;
5. Reunir um grupo de trabalho, liderado pelo governo, como entidade responsável pelo desenvolvimento das políticas;

Recomendações Internacionais

“Recomendações da Consulta de Especialistas das OPAS sobre Promoção e Publicidade de Alimentos e Bebidas Não-Alcoólicas para Crianças nas Américas”.



7. A definição de “promoção” deve abarcar todas as técnicas de marketing por meio de todos os canais de comunicação, inclusive em escolas e outros locais frequentados pelas crianças;
8. A promoção e a publicidade “para” crianças devem ser definidas como aquelas direcionadas exclusivamente para crianças, com apelo especial para elas e, na mídia, aquelas dirigidas a adultos, mas assistidas por crianças;
9. A palavra “crianças” deve ser definida como pessoas com menos de 16 anos de idade;
10. A palavra “alimentos” deve ser definida de modo a incluir alimentos a serem comercializados e alimentos que devem ser banidos, segundo critérios de nutrientes máximo aceitáveis;
11. Concretizar as ações acima mencionadas em prazo de, no máximo, 18 meses;
12. Implementar a política por meio de disposições legais;
13. Designar um órgão para monitorar.

Recomendações Internacionais



Organização
Pan-Americana
da Saúde



Organização
Mundial da Saúde
SECRETARIADO REGIONAL PARA AS Américas

53ª CONSELHO DIRETOR

66ª SESSÃO DO COMITÊ REGIONAL DA OMS PARA AS AMÉRICAS

Washington, D.C., EUA, 29 de setembro a 3 de outubro de 2014

Tema 4.7 da Agenda Provisória

CD53/9

22 de julho de 2014

Original: inglês

PLANO DE AÇÃO PARA PREVENÇÃO DA OBESIDADE EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Linha de Ação Estratégica 3: Políticas fiscais e regulamentação do marketing e rotulagem de alimentos.

Marcos políticos do SUS que convergem em prol da regulamentação...



**Política Nacional de
Alimentação e Nutrição**

**Política Nacional de
Promoção da Saúde**



Plano de Ações Estratégicas para o Enfrentamento das DCNT no Brasil (2011-2022)

- Promover ações de regulação de publicidade de alimentos e bebidas não alcoólicas e de alimentos na infância.
- Regulamentação da publicidade de alimentos: Estabelecimento de regulamentação específica para a publicidade de alimentos, principalmente para crianças.
- Fortalecer a regulamentação da publicidade de alimentos destinados ao público infantil.

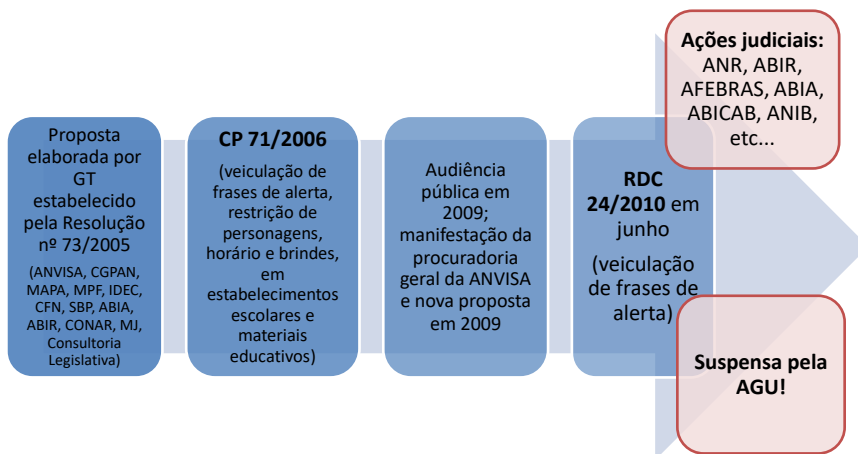
Histórico da Regulamentação da Publicidade de Alimentos Direcionada ao Público Infantil – Brasil

RDC nº24/2010

ANVISA propôs regulamentação da publicidade de alimentos ricos em açúcar, gorduras saturadas e trans e sódio.

Objetivo: assegurar informações indisponíveis à preservação da saúde de todos aqueles expostos à oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial dos alimentos citados a cima.

RDC nº 24/2010



RESOLUÇÃO Nº 163, DE 13 DE MARÇO DE 2014

CONANDA dispõe sobre a abusividade do direcionamento de publicidade e de comunicação mercadológica à crianças e ao adolescente



Intenção de persuadi-la para o consumo de qualquer produto ou serviço

- I - Linguagem infantil, efeitos especiais e excesso de cores;
- II - trilhas sonoras de músicas infantis ou cantadas por vozes de criança;
- III - representação de criança;
- IV - pessoas ou celebridades com apelo ao público infantil;
- V - personagens ou apresentadores infantis;
- VI - desenho animado ou de animação;
- VII - bonecos ou similares;
- VIII - promoção com distribuição de prêmios ou de brindes colecionáveis ou com apelos ao público infantil; e
- IX - promoção com competições ou jogos com apelo ao público infantil.

*Anúncios impressos, comerciais televisivos, spots de rádio, banners e páginas na internet, embalagens, promoções, merchandising, ações por meio de shows, e apresentações e disposição de produtos nos pontos de vendas

SUS Ministério da Saúde

Publicidade de alimentos: uma pauta da sociedade civil. Caso OPA – Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável

The screenshot shows the website of the Observatório de Publicidade de Alimentos (OPA). The page title is "O que é, e quem faz parte do Observatório". The main content includes a definition of OPA and a recommended reading section.

O que é, e quem faz parte do Observatório

“ O OPA foi criado para fortalecer o direito dos consumidores e apoiar as autoridades competentes na identificação de publicidades abusiva ou enganosa de alimentos.

Por meio desta plataforma, todo cidadão pode identificar e contribuir para denunciar qualquer tipo de publicidade (em TV, Internet, rótulos, eventos, etc) que não esteja respeitando o CDC (Código de Defesa do Consumidor) ou outras regras que protegem a sociedade de estratégias ilegais de marketing.

O OPA é uma iniciativa de membros da Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável junto com organizações e pesquisadores parceiros na agenda da restrição da publicidade de alimentos não saudáveis e da proibição da publicidade infantil.

Leitura recomendada

O MINISTÉRIO DA SAÚDE, POR MEIO DO [GUIA ALIMENTAR PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA](#), E ORGANISMOS INTERNACIONAIS COMO A OMS ([ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE](#)) E A OPAS ([ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE](#)) RECONHECEM QUE A PUBLICIDADE DE ALIMENTOS É UM DOS OBSTÁCULOS PARA UMA ALIMENTAÇÃO ADEQUADA E SAUDÁVEL. POR ISSO, É FUNDAMENTAL A VIGILÂNCIA NÃO SO DAS AUTORIDADES, MAS DE TODA A SOCIEDADE.

Publicidade de alimentos: uma pauta da sociedade civil. Caso OPA – Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável

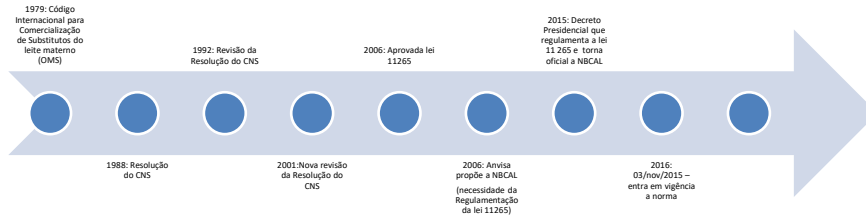
The screenshot shows the website <https://publicidadedealimentos.org.br/biblioteca/>. The page features a navigation menu with links for 'Entenda', 'Denuncie', 'Casos', 'Biblioteca', and 'O OPA'. A green banner at the top reads 'Veja o que é produzido na área'. Below this, there are tabs for 'TODOS', 'ARTIGOS', 'DOCUMENTOS JURIDICOS', 'GUIAS E MANUAIS', and 'LEGISLAÇÃO'. Four document covers are displayed in a row:

- A regulação da publicidade de alimentos e bebidas...**
- Análise da publicidade televisiva de alimentos no...**
- Caderno Legislativo: Publicidade Infantil 2018**
- Código de Defesa do Consumidor**

The Windows taskbar at the bottom shows the date and time as 09:18 on 22/04/2019.

Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL)

Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL)



FORÇAS e TENSÕES: LOBBY e ADVOCACY

Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras (NBCAL)

<http://www.ibfan.org.br/parceiros/pdf/2.pdf>

Governo Federal regulamenta publicidade de produtos que interferem na amamentação

- A medida tem como objetivo incentivar o aleitamento materno e assegurar o uso apropriado dos produtos direcionados às crianças de até 3 anos.
- Leites artificiais, papinhas, mamadeiras e chupetas não poderão ser promovidos em meios de comunicação.

Ministério da Saúde | www.saude.gov.br | Saúde | [Facebook](#)

MOMENTO HISTÓRICO!
ASSINADO HOJE, DIA 3 DE NOVEMBRO DE 2015, PELA PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF, O DECRETO QUE REGULAMENTA A LEI 11.265/06

O OBJETIVO DESTA LEI É REGULAMENTAR A PUBLICIDADE ENGANOSA E NÃO ÉTICA DE PRODUTOS QUE COMPETEM COM A AMAMENTAÇÃO. 9 ANOS E 10 MESES DE LUTA!

IBFAN BRASIL | www.ibfan.org.br

Entenda a NBCAL

- O decreto regulamenta a **Lei nº 11.265**, voltada a comercialização de alimentos para mães e bebês no período da amamentação, publicada em 2006, e garante a fiscalização pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).
- Leites artificiais, mamadeiras e chupetas **não poderão ser promovidos** em meios de comunicação.
- A restrição para produtos farináceos, fórmulas, papinhas, leites artificiais, mamadeiras, bicos e chupetas, inclui **qualquer ação promocional**, como publicidade, descontos, brindes, exposições especiais no supermercado, entre outras ações.
- O **lançamento de novos produtos**, com distribuição de amostras grátis aos profissionais de saúde, somente poderá ser feito 18 meses após o registro na Anvisa.
- **As embalagens** também terão que se adaptarem às novas regras. Fica proibido, por exemplo, utilizar fotos, desenhos, representações gráficas ou textos que induzam ao uso, como “baby”, “kids”, “ideal para o seu bebê”, entre outros, bem como personagens de filmes, desenhos ou simbologias infantis.
- Além disso, cada um dos produtos terá um **aviso nas embalagens** sobre a **idade correta** para o consumo e o **alerta para a importância da amamentação** para a saúde da criança. No caso dos bicos, mamadeiras e chupetas, os avisos sempre terão uma **advertência** sobre o prejuízo que pode causar ao aleitamento materno a utilização desses produtos.
- Os estabelecimentos tiveram **um ano para se adequarem** as novas medidas a partir data de publicação do Decreto (03/nov/2015). Caso descumpram a lei, poderão sofrer interdição, além de multa que podem chegar até R\$ 1,5 milhão.
- As secretarias estaduais de saúde devem determinar quais são os **órgãos** que ficarão responsáveis pela fiscalização → **Vigilância Sanitária**
- **IBFAN** → cursos de monitoramento <http://www.ibfan.org.br/site/cursos>

Rotulagem Nutricional: agenda regulatória

Rotulagem Nutricional de alimentos

- Definição: “Uma lista de nutrientes nos alimentos apresentada nos rótulos dos alimentos, acompanhada de algum mecanismo de quantificação” (*Codex Alimentarius*)

Amount	% Daily Value*
Calories 80	
Fat 0.5 g	1%
Saturated 0 g	0%
+ Trans 0 g	
Cholesterol 0 mg	
Sodium 0 mg	0%
Carbohydrate 18 g	4%
Fiber 2 g	8%
Sugars 2 g	
Protein 3g	
Vitamin A	2%
Vitamin C	10%
Calcium	0%
Iron	2%

Experiencia Brasileira em Rotulagem Nutricional

- ✓ Antes de 2001: rotulagem voluntária
- ✓ 2001: rotulagem mandatória no Brasil
- ✓ 2006: Regulação comum para rotulagem nutricional mandatória entre os países do Mercosul
- ✓ Conteúdo em calorias, proteínas, carboidratos, gorduras total, saturadas e trans, fibra alimentar e sódio.

INFORMAÇÃO NUTRICIONAL		
Porção ___ g ou ml (medida caseira)		
	Quantidade por porção	% VD (*)
Valor energético	... kcal = ... kJ	
Carboidratos	g	
Proteínas	g	
Gorduras totais	g	
Gorduras saturadas	g	
Gorduras trans	g	(Não declarar)
Fibra alimentar	g	
Sódio	mg	

* Não contém quantidade significativa de (Valor Energético e/ou o/ou os nome/s do/s nutriente/s) (Esta frase pode ser empregada quando se utiliza a declaração nutricional simplificada)

* % Valores Diários com base em uma dieta de 2.000 kcal, ou 8400 KJ. Seus valores diários podem ser maior ou menor dependendo de suas necessidades energéticas.

EM REVISÃO POR GT
da ANVISA

Rotulagem Nutricional de alimentos: elementos para considerar em uma revisão



• Rotulagem nutricional frontal:

- ✓ **Advertências** visam **comunicar** de forma efetiva informações sobre **riscos potenciais**.
- ✓ O uso de advertências possibilita alertar ao consumidor de produtos alimentícios sobre a presença de alto conteúdo de nutrientes críticos, que podem vir a **negativamente afetar sua saúde**.
- ✓ A advertência é um dos **métodos de controle/prevenção de riscos** que se faz necessário quando outros métodos não podem ser efetivamente empregados, como a exclusão de riscos → a **exclusão ou diminuição de nutrientes críticos pode não ocorrer** no âmbito da indústria alimentícia e de bebidas.
- ✓ A presença de advertências nas embalagens de produtos alimentícios permitirá ao usuário consumidor a **tomada de decisão consciente** na aquisição destes produtos, levando a escolhas alimentares mais saudáveis.

Rotulagem Nutricional de alimentos: elementos para considerar em uma revisão

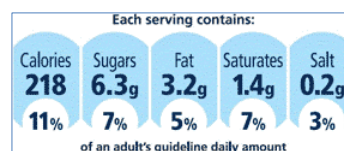
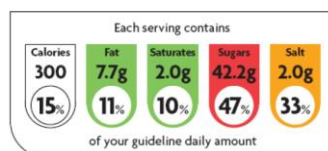
• Rotulagem nutricional frontal:



Chile: advertências



Equador: Semáforo



UK voluntária: de *Guideline Daily Amounts* (GDA), com ou sem cores

Rotulagem Nutricional de alimentos: elementos para considerar em uma revisão

• Tabela nutricional:

INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS		
PORÇÃO DE 100g (em média 5 pedaços)		
Quantidade por porção		%VD ^(*)
Valor Energético	92 kcal = 386 kJ	5%
Carboidratos	10,4 g	3%
Proteínas	1,3 g	2%
Gorduras Totais	5,0 g	9%
Gorduras Saturadas	0,87 g	4%
Gorduras Trans	0,13 g	-
Fibra Alimentar	2,46 g	10%
Sódio	446 mg	19%

^(*) Valores diários com base em uma dieta de 2.000 kcal ou 8400 kJ. Seus valores diários podem ser maiores ou menores dependendo de suas necessidades energéticas.
^(**) Valores diários de referência não estabelecidos.

Necessidade de revisão:

- Falta informação clara sobre a quantidade de açúcar presente no alimento.
- Padronização quanto à apresentação dos nutrientes na tabela nutricional por 100g, que atualmente é feita por porção.

Rotulagem Nutricional de alimentos: elementos para considerar em uma revisão

• Lista de ingredientes:

- ✓ Para Anvisa a lista não é elemento da Rotulagem Nutricional, mas sim da rotulagem geral de alimentos
- ✓ Constitui uma sequência de **itens separados visualmente** a fim de possibilitar a **percepção individual** destes e **legibilidade** satisfatória.
- ✓ **Localização na embalagem.** A lista vigente localiza-se **abaixo da tabela nutricional** → **hierarquia secundária** à lista de ingredientes em relação à tabela nutricional.
- ✓ **Ordem do aparecimento** dos ingredientes.
- ✓ **Declaração de riscos:** ingredientes alergênicos.

Rotulagem de alimentos: elementos para considerar em uma revisão

• Lista de ingredientes:

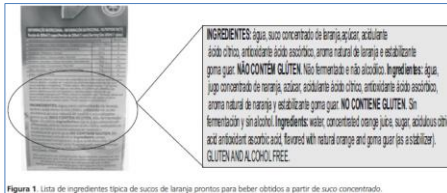


Figure 1. Lista de ingredientes típica de sucos de laranja prontos para beber obtidos a partir de suco concentrado.

Padrão vigente

20 INGREDIENTES

- **Farinha** de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico (mínimo 60%)
- **gordura** vegetal
- **amido** de fécula de mandioca (máximo 16,5%)
- **sal** • **ovo integral em pó**
- **reguladores de acidez** (carbonato de potássio • carbonato de sódio) • **estabilizantes** (tripolifosfato tetrasódico • fosfato de sódio monobásico) • **corante** (beta-caroteno) • **vitaminas** (PP [niacina] • B6 [piridoxina] • B2 [riboflavina] • B1 [tiamina])

ATENÇÃO: CONTÉM GLÚTEN E OVOS

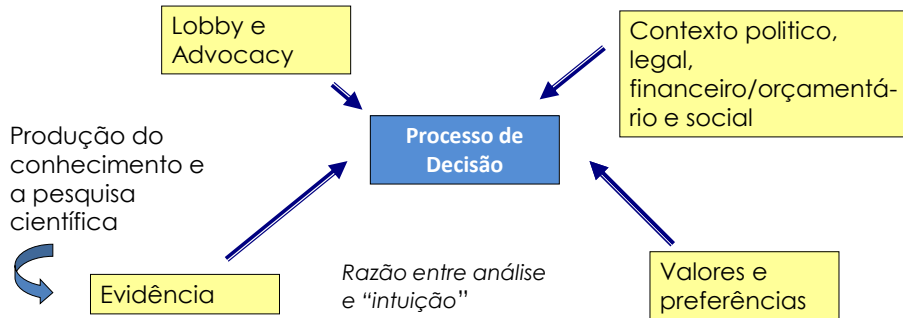
Exemplo fictício da representação gráfica da lista de ingredientes



Consulta pública em Setembro de 2019

- Hammond K R (1996). *Human Judgment and Social Policy: Irreducible uncertainty, inevitable error, unavoidable injustice.*

Tomada de decisão nas Políticas Sociais

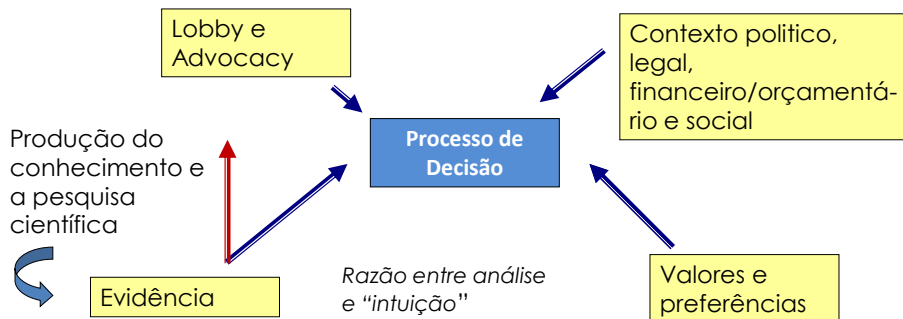


Decisão transparente, explícita e defensável

Promover acesso a direitos coletivos e de cidadania, bem-estar e justiça social

- Hammond K R (1996). *Human Judgment and Social Policy: Irreducible uncertainty, inevitable error, unavoidable injustice.*

Tomada de decisão nas Políticas Sociais



Decisão transparente, explícita e defensável

Promover acesso a direitos coletivos e de cidadania, bem-estar e justiça social



Forças e Tensões na Agenda Política da Rotulagem Nutricional no Brasil: o papel do Advocacy

Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável

1. Campanha na TV

- <https://www.youtube.com/watch?v=FC6eWYBYsSQ>

2. Proposta do IDEC : modelo de rotulagem nutricional frontal



**JUNTE-SE AOS MILHARES
— QUE JÁ ESTÃO —
APOIANDO ESSA LUTA!**

PROPOSTA TÉCNICA:



APOIO E DIVULGAÇÃO:



Produção de evidência

NUPENS
USP




Article

Are Front-of-Package Warning Labels More Effective at Communicating Nutrition Information than Traffic-Light Labels? A Randomized Controlled Experiment in a Brazilian Sample

Neha Khandpur^{1,*}, Priscila de Moraes Sato¹, Laís Amaral Mais², Ana Paula Bortoletto Martins², Carla Galvão Spinillo³, Mariana Tarricone Garcia², Carlos Felipe Urquizar Rojas³ and Patricia Constante Jaime¹



Food Research International

journal homepage: www.elsevier.com/locate/foodres

Choosing a front-of-package warning label for Brazil: A randomized, controlled comparison of three different label designs

Neha Khandpur^{a,*}, Laís Amaral Mais^b, Priscila de Moraes Sato^c, Ana Paula Bortoletto Martins^b, Carla Galvão Spinillo^c, Carlos Felipe Urquizar Rojas^c, Mariana Tarricone Garcia^a, Patricia Constante Jaime^d

^aCenter for Epidemiological Studies in Health and Nutrition (NUPENS), Faculty of Public Health, University of São Paulo, Brazil
^bBrazilian Institute for Consumer's Defense (IDEC), Brazil
^cResearch Group of Digital and Information Design, Department of Design, Federal University of Paraná, Brazil
^dHealth Institute, São Paulo State Health Secretariat, Brazil

Forças e tensões: advocacy

- <https://alimentacaosaudavel.org.br/direitodesaber/>



Forças e tensões: Lobby

Exemplo: Rede Rotulagem



Considerações finais

- Consolidar a PAAS como campo de pesquisa em Alimentação e Nutrição: investimento conceitual, epistemológico e metodológico.
- PAAS: antes de ser um campo de estudo ou de prática, é um campo político em disputa.
- Conceito de PAAS da PNAN e os princípios de EAN definidos no nosso Marco de Referência estão ameaçados no contexto político atual.